
A hora da travessia: reinventando o brizolismo e o trabalhismo

Izabel Cristina Gomes da Costa*

Resumo: O artigo trata da reconstrução do trabalhismo nos anos finais da ditadura militar no Brasil, quando a sua principal liderança, Leonel Brizola, investiu na reestruturação do PTB e no projeto de torná-lo uma alternativa partidária na transição política brasileira. Intentando reunir os trabalhistas, este processo também contou com o engajamento de militantes, intelectuais e dirigentes políticos que possuíam trajetórias distintas, às vezes, opostas. Esta pluralidade se coadunava com os novos sinais emitidos pelo movimento. Se, por um lado, ele mantinha as tradições do pré-64, procurou se reinventar, incorporando o socialismo e novas temáticas socioculturais ao seu programa político. A partir do conceito de Gilberto Velho – *metamorfose* –, procuro analisar como o novo trabalhismo e a sua mais importante figura pública, Leonel Brizola, realizaram esta travessia: transformar-se, mantendo, todavia, a sua essência.

Palavras-chave: Novo trabalhismo; Leonel Brizola; Metamorfose.

Abstract: The article examines the reconstruction of *trabalhismo* in the final years of military dictatorship in Brazil, when Leonel Brizola invested in restructuring the PTB, to make it a political alternative in the Brazilian transition. Rearticulating supporters, this process also included the engagement of activists, intellectuals and political leaders who had different paths, sometimes opposite. This diversity was combined with the new signs posted by the movement. If, on the one hand, he kept the traditions of before 1964, it sought to reinvent itself, incorporating democratic socialism and the new themes to his political program. From the concept of Gilberto Velho - metamorphosis - I try to analyze how new labour and its most important public figure, carried out this passage: change while maintaining its essence.

Keywords: New labour; Leonel Brizola; Metamorphosis.

AS INTERPRETAÇÕES SOBRE O GOLPE DE 64 E OS CAMINHOS NA TRANSIÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA¹

O golpe civil-militar de 1964 assinalou um profundo corte no projeto trabalhista. Muitos acreditaram na sua morte definitiva. Constituindo-se num dos principais alvos dos

* Contato: izacris68@oi.com.br.

¹ Entendo a transição brasileira como uma “transição acordada ou pactuada”. Segundo a análise de Francisco Carlos Teixeira da Silva, ao contrário de países como Argentina, Bolívia e Grécia nos quais ocorrera uma “transição por colapso”, no Brasil as opções feitas basearam-se numa perspectiva “lenta e gradual, segura para as forças até então no poder, fruto de acordo entre os setores conservadores no poder e as forças moderadas na oposição”. Ver: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. *O Brasil republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. vol. 4, 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 273. Ressaltando, porém, a especificidade do caso brasileiro, Bolívar Lamounier define o processo como uma “abertura através de eleições”, onde tais pleitos funcionaram como um “termômetro” das crescentes pressões sociais em curso desde o final dos anos setenta. Ver: LAMOUNIER, Bolívar. *Partidos e utopias: o Brasil no limiar dos anos 90*. SP: Edições Loyola, 1989, p. 38.

“redentores” de 64, ele funcionou como um amálgama que atraiu novos agrupamentos políticos no final dos anos setenta. A sua retomada significava a sobrevivência das bandeiras e das ações contestadas pelos militares. Liderando estas articulações, encontrava-se uma das suas mais eloquentes figuras, Leonel Brizola.

Todavia, resgatar o papel desempenhado pelo trabalhismo não fora uma tarefa pacífica. De todos os lados do espectro político brasileiro levantavam-se críticas ao PTB. Para a direita, eles representavam a república sindicalista, a desordem, a quebra das hierarquias. À esquerda, entre os mais moderados, as opções feitas pelos trabalhistas e seus apoiadores foram as principais responsáveis pela radicalização do pré-64. Os mais radicais eram incisivos: o fracasso da resistência ao golpe deveu-se à sua própria essência: dúbia, inorgânica e personalista, não organizando os trabalhadores que, atrelados e presos às práticas clientelistas, não conseguiram responder ao ataque. Como, então, os próprios explicavam a sua atuação em 1964?

A historiadora Lucília de Almeida Neves sugere a existência de quatro grandes linhas de interpretação sobre as motivações do *putsch* em 64. Uma vertente estruturalista, centrada nos problemas estruturais da realidade nacional, como o subdesenvolvimento e o atraso na industrialização, analisando como praticamente inevitável o golpe. Uma concepção que imputava à radicalização política daquela época a maior responsabilidade sobre a ruptura da ordem constitucional brasileira. As outras duas linhas podem ser identificadas nas abordagens trabalhistas, que transitavam entre as versões baseadas no caráter preventivo e na ideia de conspiração.² Da primeira, destacava-se a “ação destinada a evitar possíveis e profundas transformações nos sistemas econômico e político brasileiros”. Na tese conspiratória, os petebistas e as forças populares foram vítimas “da conspiração dos militares, de políticos liberais, conservadores de extrema direita, de empresários associados às multinacionais e do próprio governo norte-americano”.³

Nas interpretações predominantes entre os trabalhistas, a sociedade brasileira encontrava-se radicalmente cindida ao meio em 1964. De um lado, os conspiradores. De outro, a sua aliança com as demais forças populares. A Carta de Lisboa expressava nitidamente a polarização, escolhendo, de forma redutora, dois grandes alvos: o latifúndio – “temiam a lei da Reforma Agrária” – e o governo dos EUA – “planejou e coordenou o golpe para evitar a aplicação da lei de Remessa de Lucros que poria termo à espoliação do Brasil pelas empresas multinacionais”.⁴ Este tipo de abordagem minimizava o incômodo papel desempenhado por importantes setores das classes médias e da Igreja Católica, cujo apoio fora fundamental para o “desfecho” em 64, mas que, à primeira vista, tiveram uma participação crucial nas manifestações favoráveis ao processo de abertura política no Brasil.⁵

² DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: temporalidade e interpretações. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 17, 19, 22 e 26.

³ INSTITUTO ALBERTO PASQUALINI. *História da sociedade brasileira*. s/ed., 1987. p. 16. In: AMORJ: Fundo PDT.

⁴ Carta de Lisboa. In: *PDT. Cartas, programa, estatuto, artigos e textos*. Rio de Janeiro: 2006, p. 9.

⁵ Destaca-se a atuação da Igreja Católica, principalmente a da sua cúpula, que, segundo Michael Löwy, legitimou o golpe de 64 através de uma resolução da CNBB sob o argumento do “perigo comunista”. Ver: LÖWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar. O cristianismo da libertação. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel

Os balanços referentes ao golpe de 64 incidiram diretamente sobre as opções de homens e mulheres, protagonistas ou não dos eventos que daí se sucederam, durante a transição política no Brasil.

Lendo os sinais enviados a partir de 1974 pelo regime militar, diversos trabalhistas desejavam reestruturar a agremiação no Brasil. A Lei da Anistia, aprovada em agosto de 1979, consolidara este desejo. Segundo Américo Freire, a medida atendia ao interesse do governo em quebrar a polarização com a oposição emedebista, permitida pelo bipartidarismo. Com o retorno dos exilados, lideranças políticas de diversos matizes, e a posterior reformulação partidária (20/12/1979), acirrava-se a disputa no campo oposicionista.⁶ As “vozes” dissonantes se multiplicavam.

A HORA DA METAMORFOSE: REINVENTANDO BRIZOLA

Bem antes de 1979, alguns dirigentes petebistas intentaram reorganizar o trabalhismo no exílio. O depoimento de José Gomes Talarico nos indicava dois momentos de tais movimentações. A primeira tentativa acontecera em 1973, quando o ex-diretor do Ministério do Trabalho, Luís Carlos Silveira, apresentara a proposta a João Goulart. Sem acolhida, a ideia esvaíra-se. Em 1975, o ex-deputado federal e membro fundador, José Barbosa, novamente manifestara a possibilidade de retomada do partido.⁷

A volta do PTB, no entanto, tornou-se uma realidade a partir das articulações do mais importante dirigente petebista, Leonel Brizola. O ano de 1977, com a sua partida do Uruguai para os Estados Unidos, é chave para os desdobramentos que culminaram no encontro em Lisboa. Outro trabalhista histórico, Trajano Ribeiro, relatava a forte ascendência de Brizola, apesar da sua permanência no exílio – “e mesmo no exílio era o marco, a fonte. Nos períodos que antecederiam as eleições promovidas durante a ditadura, havia uma revoada ao Uruguai”. Juntamente com o “velho Guaranha”,⁸ Trajano Ribeiro devia convencer Brizola a realizar o seu retorno à cena política brasileira através da escrita

Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil*. Revolução e democracia. 1964..., vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 305.

⁶ FREIRE, Américo. O outono do patriarca: a derrota política do chaguismo em 1982. In: _____. *Sinais trocados: o Rio de Janeiro e a República brasileira*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2012, p. 183-219.

⁷ Id. *José Talarico*. Depoimento ao CPDOC. Conversando sobre política. Rio de Janeiro: Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense/ ALERJ/ FGV. 1998, p. 313-314. José Gomes Talarico foi um dos fundadores do Partido Trabalhista Brasileiro, em 1945. Chefiou o Serviço de Imprensa do Ministério do Trabalho de 1951 a 1953, foi subchefe do gabinete do ministro do Trabalho em 1960, mantendo-se como assessor técnico do vice-presidente João Goulart até 1961. Eleito deputado estadual, Talarico tornou-se líder do PTB na Assembleia Legislativa da Guanabara até 7 de abril de 1964. Um dos fundadores do Partido Democrático Trabalhista (PDT), em 1980, elegeu-se novamente deputado estadual no Rio de Janeiro pelo PDT, em 1982, sendo nomeado conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro em 1984. Ver: FGV. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/biografias/jose_gomes_talarico.asp>. Acesso em 05 de março de 2009.

⁸ Segundo o relato de Trajano Ribeiro, o “velho Guaranha” fora “o incansável pombo correio que durante os tensos dias da campanha da Legalidade levara a Brizola, em primeira mão, a mensagem contendo a ordem de bombardeio do Palácio Piratini, expedida pelos ministros militares amotinados”. TRAJANO RIBEIRO. *Brizola, meu camarada*. Disponível em: <<http://pdt12.locaweb.com.br/paginas.asp?id=164.htm>>. Acesso em 10 de janeiro de 2008.

de um livro. As imagens, eternizadas nas palavras do petebista, se reportavam a um verdadeiro estadista, que previa a importância do seu destino político:

As labaredas projetavam um Brizola enorme e irrequieto nas paredes da sala. Ele falava mais pausadamente do que de costume, refletia em voz alta sobre nossa proposta. De repente, parou e disse: – Acho que não devo escrever o livro. É arriscado. Vejam o que aconteceu com o Perón. [...] Depois fixou o olhar através da grande vitrine ao lado da nossa mesa no curto horizonte que a paisagem urbana permite e ficou alguns segundos em silêncio. Depois disse-me: –Trajano, temos pela frente um trabalho que não é sopa. Acho que as coisas agora se abriram e eu me sinto no dever de reorganizar o trabalhismo, reorganizar o nosso partido. [...] Senti naquele momento um misto de satisfação e angústia. Satisfação por ter sido honrado com uma missão tão relevante e angústia pela grandeza do desafio e a necessidade de vencê-lo. Naquele momento pensei no privilégio que eu estava tendo. [...] Finalmente abria-se uma perspectiva concreta de influirmos nos destinos do nosso país e do nosso povo. Nenhum sacrifício tinha sido em vão. Voltei dez dias depois para o Rio de Janeiro e comecei a cumprir a tarefa, com humildade, mas sem desanimar. Foi difícil. Alguns diziam ironicamente – Brizola? Sim, Brizola, e os céticos tiveram que morder a língua.⁹

Após a morte de Jango, em 1976, não havia mais dúvida de que o papel central de revivificação do trabalhismo caberia a Leonel Brizola. A volta da fênix emitia sinais diferentes. O trabalhismo, a ser resgatado do passado, possuía a marca indelével do chefe do Grupo dos Onze e os seus significados para diversas gerações de militantes:

A partir desse diálogo havido no início de outubro de 1977, iniciamos um período de convivência, riquíssimo para mim. Essa convivência permitiu-me conhecer próxima e profundamente o homem que representou para minha geração o que Getúlio representara para a geração de meu pai. Brizola, afinal, era o intérprete da nossa rebeldia, do nosso inconformismo com o subdesenvolvimento do Brasil, com a ingerência crescente dos Estados Unidos na América Latina, com as injustiças sociais gritantes, já nos anos 60.¹⁰

Uma percepção emergia das movimentações trabalhistas. Fruto das difíceis reflexões do exílio, eles tinham a convicção de que os tempos eram outros. O novo trabalhismo não abria mão das heranças do pré-64 e contava com a sua permanência na memória dos brasileiros. Todavia, chegara a hora da travessia, relendo o seu passado, absorvendo novas tradições. O novo trabalhismo expressara diretamente a mutação do seu principal dirigente. Para os novos tempos, um “novo Brizola”:

Todos nós somos novos todos os dias, porque amadurecemos, evoluímos. Ninguém permanece estático, parado. Neste sentido, há um novo Brizola. Mas é preciso considerar que, através de intensa campanha, deformaram a minha imagem, a partir das minhas características pessoais, à medida que, politicamente, eu crescia. Queriam apresentar-me de tal modo que a minha imagem, assim forjada,

⁹ *Ibidem.*

¹⁰ TRAJANO RIBEIRO. *Brizola, meu camarada*. Disponível em: <<http://pdt12.locaweb.com.br/paginas.asp?id=164.htm>>. Acesso em 10 de janeiro de 2008.

bloqueasse meus próprios passos. E aí me faltaram experiência e habilidade para manejar-me e superar resistências no desenvolvimento das situações políticas.¹¹

Entrevistado por Moniz Bandeira, o novo Brizola recusava a pecha de radical. Ou melhor, relia o radicalismo. Ser radical era chegar à raiz dos problemas. Ele era radical contra a corrupção. Intransigentemente contrário à subversão democrática e favorável à legalidade constitucional. Quem seria contra estes radicalismos num momento em que o país tentava ultrapassar os anos de exceção?

Sob os ventos da redemocratização, era necessário superar a ideia de que o dirigente era antidemocrático e contrário ao Congresso Nacional. Denunciando mais uma deformação, ele fazia profissão de fé quanto à democracia e às liberdades formais – “o que se convencionou chamar de liberdades formais – e aí me refiro ao conjunto da democracia formal – constitui um dos marcos do progresso da humanidade”. Entretanto, estabelecida a democracia política, era necessário avançar em direção à sua face econômica e social, com efetiva participação das massas trabalhadoras no processo de decisões do Estado. Respondendo aos epítetos de golpista na conjuntura anterior a 64, Leonel Brizola justificava. Ele criticava as legislaturas da época e não o Congresso como instituição, mas reafirmava a necessidade, naquele momento, de as reformas serem conduzidas pelo Executivo, “mediante delegação legislativa”, diante de um parlamento conservador.¹²

Brizola mudara. Esta era a mensagem. Do exílio nos Estados Unidos a Portugal, ele dedicara-se a uma intensa atividade política, assinalando-se dois objetivos na estratégia do petebista. Externamente, a sua nova imagem pretendia firmar a ideia do homem-estadista, maduro e pronto para a tarefa histórica de dirigir o Brasil, sem cometer os equívocos pgressos. O reconhecimento internacional era um elemento central no processo de reinvenção do petebista. Como todo grande político, ele não poderia se apresentar isolado no planeta. A afiliação à Internacional Socialista (IS) lhe conferia prestígio, lhe proporcionava o estabelecimento de laços internacionais e uma maior projeção sobre a opinião pública mundial, principalmente europeia, vital para evitar o isolamento político num momento de reformas.¹³

O relato do ex-guerrilheiro da VPR, Alfredo Sirkis, confirmava o enorme sucesso de Brizola junto às principais lideranças da Internacional Socialista, como Mário Soares, Willy Brandt, François Mitterrand e Felipe Gonzáles:

Todos, um atrás do outro [...] Todos eles caíram pelo Brizola, assim. Tanto que durante muito, muito tempo, o PDT ocupou o único lugar, o lugar brasileiro na Internacional Socialista, quando realmente era muito óbvio que o partido que verdadeiramente representava esse espaço era o PT.¹⁴

¹¹ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 178.

¹² *Ibidem*, p. 179-180.

¹³ Entrevista com o ex-pedetista e ex-diretor do Instituto Alberto Pasqualini. FERNANDES, Aurélio. Entrevista à autora. Rio de Janeiro: 2007.

¹⁴ SIRKIS, Alfredo. Entrevista concedida à profa. Dra. Denise Rollemberg. RJ, 2005.

Apesar do grande destaque, as resistências também não foram menores. Theotonio dos Santos lembrava as críticas da seção sueca – com a qual havia estabelecido um contato mais profundo – à sua associação a um “populista”:

Pelo que as pessoas diziam do Brizola e pelo que a ditadura fez em torno do Brizola parecia meio complicado, meio inconsequente a nossa vinculação com o Brizola. [...] Companheiros da socialdemocracia sueca, por exemplo, chegaram a me colocar “Mas como você, um marxista, vai apoiar o Brizola, assim abertamente ... Que é um populista?”.¹⁵

Muitos saudaram a transformação do antigo líder do nacionalismo radical. Outros, cabreiros e receosos, avaliaram-na como uma “jogada” política oportunista do trabalhista. Ele travestia-se de socialista. Entretanto, diversos relatos, de personalidades, próximas ou mais distantes dele no pré-64, confirmavam a travessia efetuada pelo dirigente, através de uma série de discussões sobre o socialismo:

De 78 em diante. Eu não o conhecia e nem tinha muita admiração pelos seus métodos. Depois é que comecei a perceber suas qualidades e defeitos também. Mas um dia, ele pediu para manter um contato comigo lá em Genebra, ficamos praticamente hospedados na mesma casa e, com isso, começamos a conversar, para eu explicar a ele o que era a socialdemocracia. Ele entrou nisso desconhecendo completamente o que era a socialdemocracia europeia. Em muitos países, era nazismo. A socialdemocracia alemã, com o Schmidt, era verdadeiramente nazista. Com Willy Brandt não, já era uma pessoa evoluída. Tinha também o Rocard, o premier francês, que aliás, é brasileiro, é Rocha, que divergiu muito do Mitterrand. Então, eu expliquei ao Brizola: “Você tem que andar com cuidado, senão, vai participar de uma furada. Ele escutava mais ou menos, não é de escutar muito não.”¹⁶

Nas eleições de 1982, Leonel Brizola, conhecido por suas posições anticomunistas, também readequava o seu discurso: “seria uma atitude inconsequente quando nós próprios sofremos, em 1964, os efeitos desse tipo de campanha”. Ele reconhecia os avanços dos regimes soviéticos do ponto de vista social, criticando, contudo, a sua face autoritária. Diferenciando-se, se declarava favorável a um socialismo “indissoluvelmente ligado ao conceito de liberdade”, expressando os novos compromissos do trabalhismo.¹⁷

Tais manifestações e os acenos em relação ao comunista Luiz Carlos Prestes – uma “esquerda autêntica” – evidenciavam a busca pela legitimidade do trabalhismo no campo das esquerdas, dentro do qual travava uma disputa direta com o Partido dos Trabalhadores. Assim, a “concertação” rendia frutos. O apoio de comunistas a Brizola era uma realidade. Inclusive, muitos pedetistas, admiradores de Prestes, advogavam a unidade de ambos na mesma agremiação política.

¹⁵ Entrevista com Theotonio dos Santos, ex-dirigente da POLOP, prof. de economia, fundador e ex-membro do PDT. SANTOS, Theotonio. Entrevista. Rio de Janeiro: 2008.

¹⁶ MACIEL, Lysaneas. *Lysaneas Maciel* (depoimento, 1998). Rio de Janeiro: CPDOC/ALERJ, 2003.

¹⁷ JB, 7/9/1982, s/p. In: Amorj, Coleção Eloiza Felizardo Prestes.

Apesar das mutações ocorridas sobre a imagem de Leonel Brizola, o homem permaneceu com a sua marca indelével. Nunca deixou de ser polêmico. No Rio de Janeiro, havia praticamente uma cisão entre aqueles que amavam e odiavam o governador. Reforçava-se, para muitos, o epíteto populista. Mas novamente, os signos eram agitados e apresentados com novos significados. Inusitada tornou-se a leitura elaborada pelo Movimento Nacional Leonel Brizola, liderado por Brandão Monteiro. Na campanha de 1989, uma inversão de sinais para o termo diabólico *populismo*. Incorporando-o de “peito aberto” o grupo afirmava – sim, Brizola era populista:

[...] se populista for o que gosta de povo, como Getulio Vargas e Juscelino, no Brasil; Alan Garcia, no Peru; Mário Soares, em Portugal; François Mitterrand, na França; Willy Brandt, na Alemanha; Felipe Gonzáles, na Espanha. Os adversários de Brizola tentam dar a esta palavra uma conotação diferente de sua real significação (“Populista – que é amigo do povo”, diz o dicionário Novo Aurélio da Língua Portuguesa), para confundir populismo com demagogia clientelista, que explora a miséria do povo para enriquecer ou adquirir poder.¹⁸

Já que não era possível desvencilhar-se da chaga, convivia-se com ela, conferindo-lhe novos valores. Aproximando-o de vários dirigentes políticos internacionais, o populismo de Brizola significaria, então, o real compromisso com as causas populares. E com as reformas.

A HORA DA TRAVESSIA: REINVENTANDO O TRABALHISMO

Acusados de ser o “velho”, muitos passaram a desejar um “novo”, modernizado, que não descartasse o passado. Mas, afinal, o “velho” PTB seria capaz de realizar essa travessia? Esta se tornou a primeira grande polêmica da volta do trabalhismo. Alguns petebistas históricos pretendiam reorganizar o partido mantendo o que eles acreditavam ser as suas características originais. Outros mobilizaram esforços para reforçar na agremiação uma base mais ampla e atualizar suas concepções adotando um modelo de socialismo próximo ao da socialdemocracia europeia. Entre um e outro campo, muitos trabalhistas não queriam optar por uma possível separação.¹⁹

O Encontro de Lisboa, realizado entre os dias 15 e 17 de junho de 1979, representou para o novo trabalhismo um acontecimento político fundador.²⁰ Um lugar de memória partilhado por dirigentes e militantes, ele significava a sua maturidade com a opção pelo socialismo e a força da sua herança, consolidada em seu renascimento após

¹⁸ José Carlos Brandão Monteiro foi líder estudantil no pré-64, fundador e dirigente do PDT, deputado federal e secretário de transportes do governo Leonel Brizola. COMITÊ DE JORNALISTAS DO MOVIMENTO NACIONAL LEONEL BRIZOLA. *Chegou a hora Leonel Brizola*. p. 5. In: FUNDAR: Arquivo Darcy Ribeiro.

¹⁹ Foi o caso de José Gomes Talarico que, apesar de ideologicamente mais próximo de Leonel Brizola, de início não aderiu ao novo PTB. Ver: FREIRE, *op. cit.*, 1998. p. 321.

²⁰ Segundo René Rémond, determinados acontecimentos políticos podem ser fundadores de mentalidades, constituindo-se em referências centrais para toda uma geração. Ver: RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ FGV, 1996. p. 449.

vaticínios em contrário. O PTB retornava à cena política e não perderia as transformações que começavam a ocorrer no Brasil.

Como nos anos sessenta, Brizola pretendia reorganizar o PTB aglutinando diferentes trajetórias políticas, conferindo-lhe um caráter de “frente de esquerda”. Segundo o pedetista Clóvis Brigagão, as reuniões, ocorridas em Lisboa eram denominadas de “cabildos abiertos”.²¹ As articulações não se limitavam a agregar os exilados brasileiros. A “concertação” também estava em curso no Brasil. Agrupamentos, lideranças trabalhistas e indivíduos entusiasmados esforçavam-se para incentivar as discussões em torno da revitalização da sigla, alcançando o seu auge simbólico no Encontro de Lisboa. Esse evento, que ratificou a necessidade da continuidade do processo aberto na Europa, na verdade havia sido antecedido por uma série de reuniões realizadas no Brasil. Num dos encontros, ocorrido no dia 22 de março de 1979, na ABI, o deputado federal José Maurício decidiu aderir à reorganização do trabalhismo. Integrando o grupo “autêntico” emedebista, ele teve uma participação ativa no processo, aproveitando as viagens referentes ao trabalho parlamentar e fazendo pronunciamentos na tribuna da Câmara em prol da recriação do partido. Ao mesmo tempo em que relatava a adesão de alguns parlamentares – como Magno Guimarães e Getúlio Dias –, ele também ressaltava a intolerância e a ridicularização feita por alguns deputados do MDB: “alguns colegas diziam que o PTB cabia todo num Volkswagen”.²²

“Dois PTBs” se digladiaram pela mesma sigla até 1980.²³ Ambos sintetizavam o petebismo. A agremiação era, ao mesmo tempo, a ênfase que Ivete Vargas conferia ao nacionalismo, à legislação social e a um Estado forte. Por outro lado, expressava o PTB que Brizola queria refundar, reforçando as raízes reformistas revolucionárias e inovando através da incorporação do socialismo democrático. Além disso, permeavam estes embates as diferentes avaliações sobre o governo militar e a transição e os temores quanto à reentrada de Leonel Brizola na cena política. Nas batalhas da memória, mesmo ganhando a sigla, Ivete Vargas perdeu em duas arenas simbólicas. Na existência de dois trabalhistas, o seu PTB passou a ser reconhecido como o “velho petebismo”, aquele que representava os vícios do clientelismo, do fisiologismo e da parentela. O novo trabalhismo da Carta de Lisboa purgava definitivamente as manchas indesejadas do passado. Mesmo perdendo a sigla, o PDT de Brizola apropriava-se da simbologia e do reconhecimento de que ele era o herdeiro legítimo de uma tradição renovada.

No dia 26 de maio de 1980, treze dias após o ato que enterrava o “velho PTB”²⁴ para parte dos trabalhistas, antigos e neófitos, nascia das suas entranhas um “PTB de

²¹ BRIGAGÃO, Clóvis. Espaço Democrático, ano 1, nº 28, ago/set 1984. Apud. SENTO-SÉ, João Trajano. As várias cores do socialismo moreno. In: *Anos 90*. Vol. 11, nº 19/20. PoA: 2004, p. 49-76.

²² LINHARES, José Maurício. *Meu amigo LB*, 13 de janeiro de 2004, p. 1. Disponível em <http://www.pdt.org.br/bz/zemaucio_bz83.asp>. Acesso em 20 de janeiro de 2008.

²³ No dia 12 de maio de 1980, o Supremo Tribunal Eleitoral decidiu favoravelmente pelo pleito de Ivete Vargas, entregando-lhe a legenda PTB.

²⁴ A perda da sigla PTB para Ivete Vargas fora eternizada pelo dramático gesto simbólico de Leonel Brizola. No 13 de maio de 1980, no Hotel Ambassador, o líder trabalhista, aos prantos, rasgou uma folha de papel sobre a qual a antiga sigla petebista estava escrita. E anunciou: “eles destruíram o PTB mas não irão nos calar”. In: FERNANDES, Aurélio. *O brizolismo e os 21 anos de PDT*. RJ, 2001.

esquerda”. Ele foi nomeado Partido Democrático Trabalhista. O PDT nascia unguído por fortes heranças e inventando novas tradições. O nome, de início provisório, gerou polêmica até o Encontro de Mendes, no dia 23 de janeiro de 1983. Apesar de declarar-se socialista desde 1979 – é verdade, uma menção tímida na Carta de Lisboa –, havia divergências quanto à presença do termo na sigla que identificaria o partido.²⁵

Theotonio dos Santos relatou que um grande grupo propôs a mudança do termo *democrático* para *socialista*. Segundo ele, Brizola não gostou da ideia e se apoiou numa das suas intervenções durante a reunião:

Não, o Brizola não tem uma tradição socialista. Eu tenho tradição socialista, para mim não seria problema pertencer a um partido socialista. Mas por que o Brizola pertencer a um partido socialista se ele vem de um movimento nacional-democrático, com outra problemática? E ele está aceitando evoluir para o socialismo, ele está evoluindo na direção do socialismo. Seria falso nós colocarmos para o povo brasileiro que, de repente, nós somos um movimento socialista. Nós somos basicamente um movimento nacional-democrático que evolui para o socialismo, que se propõe conduzir, avançar para o socialismo.²⁶

Não estava em questão a ênfase do projeto a ser desenvolvido a partir da abertura política brasileira? Afinal, o que era mais forte, o apelo “democrático” ou o “socialista”? Era apenas uma acomodação com aqueles que nem sempre partilharam desta tradição? A incompreensão do povo brasileiro quanto ao conteúdo socialista? Ou a resistência também presente não apenas nas hostes do “velho PTB ivetista”?

O TRABALHISMO PEDETISTA E AS HERANÇAS PETEBISTAS. O QUE RESGATAR?

Quais heranças o antigo PTB deixava para o PDT nos anos 1980? Em seu último ato, Getúlio Vargas legara para o trabalhismo o seu principal patrimônio político, a Carta Testamento. O suicídio, no fatídico 24 de agosto de 1954, tornara-se uma segunda fundação do PTB. Documento simbólico, se constitui em um lugar de memória, indicando até aonde as forças conservadoras iriam para assenhorear-se do poder. Mas também representava a resistência heroica daquele que se imolara para impedir tal avanço.

O novo trabalhismo de Lisboa incorporava a herança getulista a partir da abordagem produzida por Leonel Brizola no pré-64. Nessa leitura, o dirigente pedetista, a partir dos elementos pinçados da Carta Testamento, radicalizava o nacionalismo varguista, dotando-o de uma feição anti-imperialista e revolucionária, mais conectada ao ambiente político dos anos sessenta.²⁷

²⁵ O artigo de Sento-Sé confirma a existência de uma tendência favorável à incorporação termo socialista na sigla do partido, no início dos anos oitenta. Havia várias formulações: PSPTB (Partido Socialista Popular Trabalhista Brasileiro), PST (Partido Socialista Trabalhista), PDTS (Partido Democrático Trabalhista Socialista), PSDT (Partido Socialista Democrático Trabalhista). SENTO-SÉ, João Trajano. As várias cores do socialismo moreno. PoA: *Anos 90*, v. 11, n. 19/20, 2004, p. 58.

²⁶ SANTOS, *op. cit.*, 2008.

²⁷ FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical. 1945-1964*. Vol. 2,

O PDT também herdou uma série de contribuições doutrinárias originadas do PTB. Estão presentes desde a sua fundação as referências ao trabalhismo inglês.²⁸ Identificando a existência de variações de capitalismo e socialismo, a principal contraposição de um dos grandes teóricos do partido, Alberto Pasqualini,²⁹ referia-se ao modelo liberal e ao comunismo. Ele rejeitava a luta de classes e a coletivização dos meios de produção.³⁰ O trabalhismo era uma terceira via e ele equivalia ao “capitalismo solidarista”:

Preconiza esse sistema que as relações entre o capital e o trabalho sejam reguladas pela legislação justa que tenha na devida conta o esforço e a cooperação do trabalhador na produção dos bens que formam a riqueza nacional. Considera o organismo social como um todo solidário que só se poderá manter em posição estável com o aplainamento das desigualdades sociais, não devendo, por isso, a riqueza acumular-se apenas em alguns pontos para não comprometer o equilíbrio de todo o sistema. A essa forma de capitalismo humanizado, que não desconhece os princípios da solidariedade social, mas antes neles se assenta, damos o nome de “capitalismo solidarista”.

De maneira difusa, o teórico também estabelecia alguma aproximação com o socialismo:

Nossa posição é clara e definida. Se, por socialismo, se entender a socialização dos meios de produção, não somos socialistas; se se entender, simplesmente, uma crescente extensão da solidariedade social e uma crescente participação de todos nos benefícios da civilização e da cultura, então somos socialistas.³¹

Nos anos sessenta, concretizava-se a percepção de Pasqualini de que o trabalhismo brasileiro precisava avançar em direção a concepções mais nítidas quanto ao seu programa. E ele caminhava do centro para a esquerda. De maneira muito empírica, o PTB definia-se ainda como uma concepção alternativa ao socialismo soviético e ao capitalismo de tipo estadunidense. A recusa à “polarização ideológica”³² e a centralidade adquirida pelas bandeiras nacionalista, reformista e anti-imperialista proporcionavam maior radicalidade ao seu projeto. Nos anos oitenta, as noções de “capitalismo humanizado” e “solidarista” foram

Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 555. Entretanto o nacionalismo varguista não representava a concepção mais radical no interior do PTB. A historiadora Maria Celina D’Araújo destaca a atuação de Euzébio Rocha e Lúcio Bittencourt, desafiando o projeto original de Vargas – mais moderado, ele propunha a criação da Petrobrás como uma empresa mista – a favor do monopólio estatal, proposta esta vitoriosa. Ver: D’ARAÚJO, Maria Celina Soares. *Sindicatos, carisma e poder*. O PTB de 1945-65. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 92.

²⁸ A historiadora Maria Celina D’Araújo menciona esta influência, citando o texto *O Partido Trabalhista inglês e a legislação social brasileira*, pertencente ao arquivo Marcondes Filho (AMF, 45.07.12). *Ibidem*, p. 41.

²⁹ O historiador Luís Alberto Grijó destaca a importância de Alberto Pasqualini quanto às elaborações trabalhistas a partir da queda do Estado Novo. Numa “divisão de tarefas”, demarcada por uma “complementariedade conflitiva” com o líder máximo Getúlio Vargas, ele cumpria o papel de “articulador do projeto de construção” do PTB, “líder regional” no Rio Grande do Sul e “doutrinador e teórico”. Ver: GRIJÓ, Luís Alberto. *Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo*. In: FERREIRA, op. cit., vol. 2, 2007. p. 86.

³⁰ PASQUALINI, Alberto. *Bases e sugestões para uma política social*. 2 ed., PoA: Regel, 2008. p. 48.

³¹ *Ibidem*, p. 48, 49, 50.

³² Moniz Bandeira definia Leonel Brizola como um “intérprete autêntico” da tendência mais radical do trabalhismo, não aceitando, contudo, qualquer tipo de polarização ideológica. MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Trabalhismo e socialismo no Brasil*. A Internacional Socialista e a América Latina. SP: Global Editora, 1985. p. 30.

substituídas por proposições que afirmavam a concepção socialista³³, incorporando o “socialismo democrático” – bastante inspirado na socialdemocracia europeia, porém, adotando um conteúdo mais radical diante da realidade brasileira.

O programa nacional-estatista dotou o PTB de pontos de convergência diante da sua grande heterogeneidade interna, esgarçada ainda mais no início da década de sessenta. Esta unidade fora estabelecida através de bandeiras comuns, centradas no reformismo, distributivismo e nacionalismo como elementos do projeto de modernização desenvolvimentista dirigido pelo Estado.³⁴ O nacionalismo era uma marca do PTB, partilhada por várias vertentes do partido – “ideológicos” ou “fisiológicos” – dando-lhe uma visibilidade política e eleitoral. Entretanto, esta não era uma concepção unívoca. Nesse caso, é mais correto mencionar a existência de distintos nacionalismos em disputa no PTB. No transcorrer dos anos cinquenta, a agremiação empunhou a bandeira da libertação nacional, interpelando o eleitorado com esse discurso.³⁵ A morte de Vargas, as mudanças internacionais nas regiões mais pobres do planeta, com o ascenso das suas insurreições, impulsionaram o desenvolvimento de uma vertente nacionalista radical no trabalhismo. Na visão de Moniz Bandeira, a prevalência dos interesses estrangeiros tornava-o uma premissa da emancipação social na periferia.³⁶

O antípoda do nacionalismo era o imperialismo. E as manifestações anti-imperialistas foram transmitidas pelo DNA do trabalhismo petebista. Essa bandeira não surgiu apenas nos anos mais radicais do PTB. Combinando elementos cristãos e referências aos impérios da Antiguidade, em meados dos anos quarenta, Alberto Pasqualini teorizou sobre o “programa do futuro”: “corrigir os malefícios do capitalismo na ordem interna e banir o imperialismo na ordem externa”. Como uma antítese do capitalismo solidarista – egoísta, agressivo e opressor –, ele deveria ser extirpado.³⁷

Nos anos seguintes, os elementos anti-imperialistas alcançaram grande radicalidade no discurso e na ação trabalhistas, adquirindo um caráter revolucionário. Eram coirmãos das bandeiras nacionalistas, principalmente através do viés antiamericanista. A sua principal liderança, Leonel Brizola, era o exemplo concreto. Na prática, a expropriação das multinacionais norte-americanas, durante o seu governo no Rio Grande do Sul, expressava o compromisso efetivo com a causa. Moniz Bandeira assinalou a centralidade dessa luta para o

³³ Mesmo assim, as formulações de Pasqualini mantiveram forte ressonância dentro do PDT. Destaca-se a publicação do gaúcho Agenor Basso, assessor da bancada pedetista na Câmara Municipal de Caxias do Sul desde 1993. A sua análise aproximava-se claramente da noção de “capitalismo solidarista” do teórico petebista: “procurar, preservando o regime capitalista de propriedade privada dos bens de produção, transformá-lo progressivamente no sentido da solidariedade, da fraternidade e da justiça social, eliminando a usura, corrigindo as desigualdades, limitando o individualismo [...]”. Ver: BASSO, Agenor. *PDT. Fontes trabalhistas. Realizações sociais*. Caxias do Sul: Edição do autor, 2000, p. 140.

³⁴ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)*. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática – da democratização de 45 ao golpe civil-militar de 64*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 172.

³⁵ D’ARAÚJO, *op. cit.*, 1996, p. 91 e 96.

³⁶ MONIZ BANDEIRA, *op. cit.*, 1985, p. 50.

³⁷ PASQUALINI, *op. cit.*, 2008, p. 68-69.

sucesso das reformas de base. Mesmo rejeitando a polarização ideológica, o petebista não duvidava de que o problema cubano em relação aos Estados Unidos também ocorreria no país. Para jovens revolucionários, Cuba era o sinal de que no Brasil, o anti-imperialismo também poderia encurtar o caminho para o anticapitalismo: “não se pode expulsar o imperialismo sem antes acabar com o sistema de exploração capitalista”.³⁸

Nos anos oitenta, o trabalhismo preservava a sua forte herança nacionalista e anti-imperialista, atualizando o seu discurso. Dessa forma, Leonel Brizola procurava se desvencilhar da imagem que marcara a sua trajetória antes de 64: um líder radical e anti-imperialista, “que queria expropriar, indiscriminadamente, todas as empresas estrangeiras”.³⁹ Relocalizando as atitudes adotadas como governador gaúcho em relação à Bond & Share e à ITT – ele queria uma solução de entendimento, mantendo a soberania e o controle da tecnologia pela nação –, aproximava-as da postura do regime militar frente à questão dos computadores.

Um governo nacionalista no Brasil, naquele momento, não poderia desprezar o peso político das multinacionais no país – “elas compõem o núcleo fundamental da infraestrutura econômica das camadas dirigentes do Brasil”. O diálogo e a compatibilização da atuação do capital estrangeiro com os interesses nacionais e sociais se realizariam através do controle popular sobre as decisões do Estado. No *Manifesto do PDT*, essa intervenção sobre o domínio econômico deveria garantir o desenvolvimento nacional através de uma relação de independência e soberania frente aos governos estrangeiros e de uma rigorosa disciplinarização e controle do capital estrangeiro.⁴⁰ Era necessário estancar as perdas internacionais. A privatização das estatais brasileiras também reforçava o viés nacionalista do PDT. A empresa estatal era um elemento estratégico na luta contra um modelo dependente – “um instrumento de promoção do desenvolvimento econômico, especialmente nos setores estratégicos”. A ousada campanha privatista do governo do então presidente Fernando Collor de Mello revigorava os argumentos direcionados à luta anti-imperialista: “o país está oprimido, está coagido pelos grupos internacionais, pelo próprio Fundo Monetário Internacional, além do Banco Mundial. E por trás de tudo está o governo dos Estados Unidos dando respaldo”.⁴¹

Parlamentares pedetistas, como Luiz Alfredo Salomão, denunciavam a tentativa de desnacionalização da economia brasileira – “ele escancara as portas da economia nacional à penetração do capital estrangeiro”. Sem defender uma estatização indiscriminada, o deputado argumentava a necessidade de distinguir as empresas estratégicas daquelas que o Estado assumiria para evitar falências de “empresários incompetentes”.⁴² Na visão do PDT,

³⁸ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O caminho da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Guanabara; Ed. Mello Sociedade Anônima, s/d., p. 155.

³⁹ *Ibidem*, p. 180.

⁴⁰ *Manifesto*. In: PDT, *op. cit.*, 2006, p. 27.

⁴¹ PDT. *Nosso caminho para o socialismo. Uma alternativa popular e anti-imperialista*. Março de 1988. 2ª reimpressão: dezembro de 1990, p. 1. In: AMORio de Janeiro: Fundo PDT.

⁴¹ BRIZOLA, Leonel. Discursos na rádio JB AM, dias 23/10 e 05/11/1991. In: MANESKY; SAPUCAIA; BECKER, *op. cit.*, 1994, p. 92.

⁴² SALOMÃO, Luiz Alfredo. *Privatizar a favor de que (m)? s/d*. In: AMORio de Janeiro: Fundo PDT.

este não era o caso da Usiminas. “Moderna e lucrativa”, Leonel Brizola prometia, como governante, questionar e anular a sua venda. Dessa forma desfazia-se de incompreensões advindas de suas mensagens – a compra da empresa por capitalistas nacionais e a presença de recursos de funcionários do BB e da Vale do Rio Doce haviam sido um “mal menor” – e das suas atitudes – “como governador tenho o dever constitucional de manter a ordem, de dar garantias”.⁴³

O PDT também herdou o forte caráter reformista do PTB. Traduzido nas bandeiras das reformas de base, elas expressavam o amadurecimento ideológico do partido no pré-64. Este programa amalgamava os elementos nacionalistas e anti-imperialistas, afinal, sem conter as perdas internacionais, seria impossível desenvolver a nação e torná-la independente dos capitais estrangeiros. No final dos anos setenta as lembranças das reformas de base resgatavam o desafio de reviver o seu papel renovador no período anterior. Relacionando este programa ao caminho democrático, abortado em 64, os trabalhistas rerepresentavam uma política que respeitava os marcos institucionais: “retomar as bandeiras daquela tentativa generosa de empreender legalmente as reformas institucionais indispensáveis para liberar as energias do povo brasileiro”.⁴⁴

O SOCIALISMO PEDETISTA: A INVENÇÃO DE UMA NOVA TRADIÇÃO

Em meio aos balanços efetuados por diversas organizações sobre as ações políticas desenvolvidas no pré e no pós-64, as abordagens trabalhistas acompanharam interpretações predominantes no seio das esquerdas brasileiras. Assim, a radicalização dos anos sessenta, uma dinâmica marcante dos segmentos petebistas que, em torno de Leonel Brizola, agitavam as bandeiras do reformismo revolucionário, desaparecia das interpretações do PTB/PDT.⁴⁵

Seguindo a perspectiva, a tentativa de resistência armada, realizada sob a inspiração das lideranças do trabalhismo radical, a guerrilha do Caparaó⁴⁶, não mereceu destaque na trajetória descrita pelo PTB/PDT no período da transição, como ocorrera com outras agremiações nas quais a experiência da luta armada tornou-se um importante lugar de memória. É o caso exemplar do PC do B e o Araguaia. Os documentos fundacionais do

⁴³ BRIZOLA, Leonel. Discursos na rádio JB AM, dias 23/10 e 05/11/1991. In: MANESKY; SAPUCAIA; BECKER, *op. cit.*, 1994, p. 93-95.

⁴⁴ *Carta de Lisboa*, *op. cit.*, 2006, p. 9.

⁴⁵ Esta interpretação se coaduna com a tese do historiador Daniel Aarão Reis. Contraditoriamente, silencia-se o caráter revolucionário do projeto que conseguiu empolgar setores de massas da sociedade brasileira, indo além dos pequenos círculos tradicionais dos agrupamentos de esquerda. Ver: REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória*. In: REIS; RIDENTI; MOTTA, *op. cit.*, 2004, p. 40.

⁴⁶ A guerrilha do Caparaó constituiu-se na primeira tentativa de ação guerrilheira, visando derrubar o regime militar instaurado em 1964. Comandada do exílio, no Uruguai, por Leonel Brizola, e no Brasil, pelo professor Bayard Boiteux, entre 1964 e 1967, o Movimento Nacionalista Revolucionário intentou desenvolver uma estratégia de luta insurrecional a partir dos contatos ainda existentes nos quartéis brasileiros. Inspirada pela experiência cubana de libertação nacional, a organização foi apoiada pela Ilha, com a qual estabeleceu relações prioritárias até 1967. Ver: RIDENTI, Marcelo. *Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970*. In: FERREIRA; REIS, *op. cit.*, 2007, p. 32.

novo trabalhismo, pelo contrário, enfatizam a sua atuação na frente democrática: “O trabalhismo que representamos é o que foi firme na resistência aos quinze anos de autoritarismo. É o trabalhismo que sofreu sucessivas ondas de proscricções, aquele que mais contribuiu para a formação da frente de oposição ao regime autoritário”.⁴⁷ Leonel Brizola também refutava a estratégia da guerrilha e a concepção do foco insurrecional no campo – “um método de luta sem condições de vitória no Brasil”.⁴⁸ Os estudos recentes sobre a atuação do PTB nos anos sessenta, entretanto, não deixam dúvidas sobre a evolução de segmentos trabalhistas em direção a um projeto de transformação rupturista sob a forma do nacionalismo revolucionário. O impacto das transformações em Cuba também se manifestara sobre o trabalhismo radical através da perspectiva anti-imperialista – mesmo que o país não chegasse à implantação de “medidas totais” como na Ilha.⁴⁹ E incorporava a luta anticapitalista, abrindo as portas do socialismo para o nacionalismo revolucionário.

Refletir sobre a relação entre trabalhismo e socialismo não era algo totalmente inédito no petebismo. Nos anos sessenta, um sentimento era partilhado por muitos trabalhistas e seus aliados. Theotonio dos Santos afirmava que a palavra socialismo aparecia eventualmente, mas “era evidente que o movimento popular brasileiro tendia a superar a ideia de um desenvolvimento capitalista e começava a criar as bases para uma transformação social mais profunda, de caráter socialista”.⁵⁰

A novidade trazida pelo encontro de 1979 era a incorporação da estratégia socialista. O novo trabalhismo possuía referências fundamentais em Getulio Vargas e no governo de João Goulart, mas o grande elemento agregador era, sem dúvida, a figura emblemática de Leonel Brizola. O movimento reivindicava as heranças do “trabalhismo brizolista”. A sua liderança popular e a ousadia da sua ação revolucionária no pré-64 empolgavam distintos setores das esquerdas brasileiras.⁵¹ O seu documento fundador, a Carta de Lisboa, indicava a necessidade da diversidade nas alianças políticas com outros partidos democráticos e progressistas. Internamente, a pluralidade se expressava no agregamento de grupos e indivíduos de origens diversas do trabalhismo. Como um partido de massas, ele devia ser o estuário de diversas tradições das esquerdas. Ainda no exílio, o depoimento de Leonel Brizola ao socialista Moniz Bandeira enfatizava esse compromisso:

⁴⁷ *Manifesto, op. cit.*, p. 27.

⁴⁸ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 101. O depoimento de José Maurício também destacava o desconforto de Brizola com a estratégia do Caparaó. Entrevista com José Maurício, fundador do PDT, ex-deputado federal e secretário estadual de minas e energia nos governos de Leonel Brizola (1982-1986/1990-1994). LINHARES, José Maurício. RJ, 2008.

⁴⁹ FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical. 1945-1964*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 548.

⁵⁰ SANTOS, *op. cit.*, 1985, p. 61, 62.

⁵¹ Theotonio dos Santos destacava a boa convivência de tradições diversas e algumas vezes adversárias, no interior do PDT, através de um belo episódio ocorrido no Encontro de Mendes, em 1983. Segundo o seu relato, o médico e antigo comunista Adão Pereira Nunes declarava: “Brizola, quero dizer que você conseguiu unir a todos nós, e inclusive romper nossas velhas divergências. E eu estou aqui junto com um trotsquista que nós combatemos tanto tempo, e somos aliados completamente agora, juntos e tal, e acabou com essas divergências porque nós estamos construindo um partido a partir da unidade do povo brasileiro que você representa tanto”. SANTOS, *op. cit.*, 2008.

Entendo, portanto, que o PTB, como um partido de massas, das grandes maiorias do País, deve ser amplo, isto é, deve congrega todas as correntes do movimento popular, respeitando-se a liberdade de tendências. O PTB não pode fazer uma opção filosófica ou religiosa. Mas pode e deve abrigar, como um partido de massas, não só os que têm origem getulista e trabalhista, mas também cristãos de esquerda, socialistas, fabianos etc., desde que aceitem a sua doutrina e o seu programa.⁵²

Preocupados em dotar o trabalhismo de uma feição mais ampla, diversos dirigentes entraram em cena. Socialistas como Theotonio dos Santos, Vania Bambirra, Betinho e Ruy Mauro Marini nutriam uma ambição: juntar no mesmo partido as três expressões populares mais radicais do Brasil pré-64: Brizola, Arraes e Prestes. Segundo Theotonio, Arraes nunca aceitou aproximar-se mais de Brizola. Prestes estava muito vacilante e envolvido com as suas diferenças no interior do PCB. Outras importantes lideranças trabalhistas do pré-64 não se incorporaram ao projeto. Almino Afonso tinha problemas com Brizola, resquícios das disputas com Jango, e Pedro Simon, apesar dos primeiros sinais positivos, optou em permanecer no PMDB.⁵³ Entretanto o processo foi marcado pela presença de nomes importantes do trabalhismo, como Darcy Ribeiro, e de uma miríade de militantes e agrupamentos políticos: antigos getulistas e trabalhistas, petebistas ou não, socialistas, oriundos do PSB e de outras tradições, trotskistas históricos como Edmundo Moniz, militantes do movimento estudantil e da luta armada, brizolistas e, depois, prestistas e comunistas advindos do PCB.

Materializado na sigla PDT, o novo trabalhismo reproduzia algumas marcas da centralização existente no PTB, mas diferenciava-se por conta das novidades na sua forma de organização.⁵⁴ Apesar da forte ascendência de Leonel Brizola e de personalidades oriundas da ação parlamentar e da administração pública, em termos organizacionais, o funcionamento da agremiação previa encontros regulares e instâncias diretivas eleitas. Mas a novidade em relação ao seu predecessor era a intervenção sobre os movimentos sociais através da formação dos chamados movimentos partidários. Setores como juventude, mulheres e negros são destacados em vários depoimentos como instâncias que, de fato, funcionaram bem na agremiação, desempenhando um papel importante na sua conformação e no diálogo entre os variados agrupamentos que povoavam o PDT. Este ordenamento setorial expressava a preocupação do novo trabalhismo com um processo de organização amplo dos movimentos populares.

⁵² MONIZ BANDEIRA, *op. cit.*, 1979, p. 188, 189.

⁵³ SANTOS, *op. cit.*, 2008.

⁵⁴ Maria Celina D'Araújo, ironicamente, observava a existência de um "centralismo democrático" no PTB carioca. Na sua forma de organização, os diretórios paroquiais eram formados por elementos selecionados de acordo com sua lealdade aos dirigentes, no caso, Segadas Viana, que controlava a legenda no Rio de Janeiro. Isto tornava praticamente impossível a formação de dissidências duradouras na burocracia partidária. Ela também destacava a forte centralização, através do estrito controle exercido sobre as convenções nacionais. Com um número restrito de delegados indicados pelos diretórios regionais e referendados pela instância nacional, os encontros máximos jamais ultrapassaram a marca dos cinquenta delegados. Ver: D'ARAÚJO, *op. cit.*, 1996, p. 68 e 85.

A convivência no interior do PDT era desigual, longe do monolitismo e da homogeneidade. Existiam correntes que praticavam o “entrismo” – nutriam-se do sucesso pedetista, vislumbrando fortalecer-se e, no futuro, fundar o embrião de um “verdadeiro” partido revolucionário. Outras definiam a agremiação como um elemento estratégico para a construção da sua ação política, mas queriam manter-se organizadas. Havia também militantes de diversas vertentes, com uma atuação diluída no interior do partido, e que se agrupavam sazonalmente, a partir das suas identidades históricas, em eventos partidários. Theotônio dos Santos remarcava que esta convivência “ecclética” entre socialistas, comunistas e nacional-democráticos não era fácil, mas dotava o partido de referências políticas muito próprias, correspondendo a um momento histórico da luta revolucionária no Brasil.⁵⁵

O programa trabalhista estava maduro para assumir a tarefa histórica de transformação social no Brasil. Produto de uma reflexão crítica, de uma tradição e de um processo democrático, a professora e ex-militante da POLOP, Vania Bambirra, numa longa análise das propostas programáticas das principais agremiações brasileiras, assim justificava a escolha do PDT como alternativa para as esquerdas. A agremiação combinava as heranças e a modernização do trabalhismo, propondo o socialismo como a meta principal do seu projeto. Todavia, a estratégia centrava-se na transição, nos caminhos de um governo trabalhista na travessia para o socialismo:

Nesse sentido, do ponto de vista teórico e prático, o programa desse partido não é ainda um programa de transição socialista porque não propõe ainda a eliminação da propriedade privada sobre os principais meios de produção, nem tampouco a eliminação das relações de produção, tipicamente capitalistas como o trabalho assalariado e o capital – mas é um programa de transição ao socialismo, vale dizer de fortalecimento do Estado, da realização das reformas estruturais básicas que transformarão o capitalismo dependente e a dominação imperialista criando as condições para a edificação de um Estado de novo tipo, um Estado socialista.⁵⁶

Conjugando a “tradição” e a “modernização”, o Encontro de Lisboa apresentava como novidade a transformação do trabalhismo na etapa fundamental de construção do socialismo em países periféricos como o Brasil. Fortemente apoiados na Internacional Socialista, os dirigentes e militantes ali reunidos defendiam uma concepção que ultrapassasse os modelos clássicos e eurocêtricos. Propunham uma nova abordagem para o país, que se amparasse nas tradições enraizadas na memória popular. A trajetória do trabalhismo aproximava-se delas. O resgate do nacionalismo democrático era essencial, pois no Brasil, a luta socialista não havia trilhado os caminhos clássicos europeus. Retomar o projeto do socialismo, portanto, significava, na visão de Theotônio dos Santos, transformá-lo num movimento de massas, identificado com o momento histórico do pré-64:

Esta análise histórica nos mostra que, no Brasil, o socialismo não se encarnou necessariamente num partido com um programa claramente definido. Ele se

⁵⁵ SANTOS, *op. cit.*, 2008.

⁵⁶ BAMBIRRA, Vania. *Os programas dos partidos políticos no Brasil*. RS: Assembleia Legislativa, 1981, p. 30, 42.

identificou com a ala popular de um amplo movimento de massas e de uma ampla frente de forças nacionalistas e democráticas [...] Portanto, se o socialismo não pretende ser hoje um raio caído do céu na história do Brasil ou um movimento de minorias intelectuais, ele tem que identificar-se necessariamente com este vasto movimento histórico.⁵⁷

A aproximação do novo trabalhismo com a Internacional Socialista justificava-se. O movimento brasileiro representava, na concepção de alguns intelectuais, uma variação da socialdemocracia em regiões periféricas, sem uma classe operária suficientemente forte, organizada e independente, mas com um forte movimento de massas. Convicto, o caminho traçado a partir do Encontro de Lisboa representava uma novidade para o movimento socialista brasileiro. Superava a tradição eurocêntrica e buscava sua identidade nas raízes nacionais, mas também nas heranças revolucionárias latino-americanas. Para os trabalhistas, esse era o sinal distintivo da sua proposição. E ele ficara eternizado pela alcunha “socialismo moreno”, conferida por Darcy Ribeiro. Aurélio Fernandes remarcava a existência de diversas referências a pensadores como José Martí:

Mas essa questão do socialismo moreno foi cunhado pelo Darcy. O Darcy fala da civilização das Américas. Ele resgata toda uma série de pensadores latino-americanos que apontavam no sentido de que o alvorecer da nova civilização do futuro seria na América Latina, porque seria um 'cadinho' de culturas de todo o mundo que floresceria uma civilização morena. E que essa civilização morena ela seria socialista, porque o socialismo prega a igualdade.⁵⁸

“Um certo tempero libertário, que os países europeus não precisam”.⁵⁹ A Juventude Socialista do PDT também estabelecia a especificidade do socialismo brasileiro. A herança colonial e a exploração ainda contemporânea do capitalismo internacional aproximavam o Brasil e a América Latina da perspectiva anti-imperialista. Ampliando o raio de percepção, reforçavam as alianças com o Terceiro Mundo.

Nos anos oitenta, o PDT agregou muitos militantes terceiro-mundistas. Anísio Cáder era um deles. Por sua origem síria e a centralidade da causa palestina, realizou diversas viagens ao exterior, estreitando as relações do PDT com outras agremiações políticas. Ele destacava a influência de Neiva Moreira e da revista *Cadernos do Terceiro Mundo* sobre o PDT:

Neiva puxou muito o Brizola para esta questão. Brizola era membro da Internacional Socialista e participava de muitas reuniões da IS lá fora, e ele começou a ter contato com algumas lideranças importantes, expressivas do

⁵⁷ SANTOS, *op. cit.*, 1985, p. 62.

⁵⁸ FERNANDES, *op. cit.*, 2007.

⁵⁹ A Juventude Socialista do PDT identifica as suas origens na Ala Moça do PTB. Fundada oficialmente com o nome de Juventude Trabalhista Popular e Socialista, no dia 15 de fevereiro de 1981, o movimento modificou o seu nome para Juventude Socialista durante o 3º Congresso da instituição. Ver: JUVENTUDE SOCIALISTA. PDT. *Cadernos da Juventude*. Vol. 1. Rio de Janeiro: s/ed., 2007, p. 11, 13.

terceiro mundo. [...] Brizola logo percebeu a importância do terceiro-mundismo para a formulação de um socialismo aqui na América Latina.⁶⁰

Os laços eram intensos quando o assunto era a América Latina, especialmente as revoluções cubana e nicaraguense. No pré-64, a insurgência na Ilha caribenha influenciara os movimentos emancipatórios no continente. A insurreição “Nica” era o processo mais contemporâneo de libertação nacional. Além disso, as conexões com Cuba eram antigas. Leonel Brizola possuía uma relação pessoal com Fidel Castro, e muitos dos fundadores do PDT exilaram-se naquele país. O caráter nacionalista encantava os trabalhistas e, mesmo entre aqueles que não vislumbravam a adoção desses modelos no Brasil, havia um respeito muito grande pelas razões históricas que levaram àqueles caminhos.

Na metade dos anos setenta, uma lenta transição se apresentava ao país. Até a década anterior, o grande eixo mobilizador era a ideia de revolução – gradual ou explosiva. O período subsequente – marcado por exílios, derrotas e desarticulação das esquerdas – forçou as reflexões, revisões e redefinições dos seus militantes a partir das experiências adquiridas em outras realidades e das novas discussões com as quais tiveram contato. Democracia tornou-se a palavra-chave das organizações de esquerda e dos movimentos sociais. As experiências autoritárias do socialismo de tipo soviético, a desarticulação violenta de movimentos progressistas e revolucionários e a frustração diante de promissores movimentos de libertação nacional impuseram a centralidade da questão democrática.

No Brasil, como apresentar para a maioria da população, ao fim de uma ditadura, uma proposição que passasse ao largo desse tema? Logo, o novo trabalhismo elegeu-o como uma peça fundamental do seu programa. No caminho brasileiro para o socialismo, democracia e liberdade articulavam-se na busca de saídas para a superação da situação de dependência histórica da nação. A estratégia confrontava-se com o modelo clássico de revolução bolchevique, refutando a ideia de tomada do poder. O propósito do PDT era “ascender ao poder”. Aproximava-se assim do modelo parlamentar socialdemocrata, assinalando a necessidade de transformações através da via gradual e pacífica: “o nosso socialismo há de ser construído através do voto livre, numa sociedade pluralista e civil, sem discriminar ou excluir quem quer que seja”.⁶¹

O socialismo trabalhista introduziu novas abordagens, ainda não predominantes no pensamento e nas práticas políticas das esquerdas brasileiras. Ultrapassando a ação política classista, o PDT expressou as demandas de movimentos alternativos que explodiam na

⁶⁰ Anísio Cáder foi vice-presidente do DCE da UERJ em 1979, fundador e dirigente do PDT. CÁDER, Anísio. Entrevista à autora. Rio de Janeiro: 2008. A revista *Cadernos do Terceiro Mundo* foi criada na Argentina, em 1974, por um grupo de jornalistas que combatiam os regimes ditatoriais em seus países. Entre os fundadores, estavam Neiva Moreira, o argentino Pablo Piacentini e a jovem uruguaia (hoje naturalizada brasileira) Beatriz Bissio. A proposta editorial visava divulgar as lutas dos povos que lutavam contra a colonização na América Latina, na África ou na Ásia, desenvolvida pela ótica do jornalismo social, apresentando histórias, personagens e cenas que praticamente não apareciam na mídia convencional. Por causa da pressão da ditadura argentina, a equipe retirou-se do país, e a revista foi relançada no México, em 1976. Em 1980, a publicação passou a ser produzida no Brasil. Síntese do texto de RÊGO, Fausto. *Bom Combate*. Disponível em: <<http://www.wooz.org.br/entrevists9.htm>>. Acesso em 08 de março de 2009.

⁶¹ *Carta de Mendes, op. cit.*, 2006, p. 17.

Europa e nos EUA, em crescimento também no Brasil. Temas como gênero, juventude, negros, índios, direitos humanos, educação e movimentos populares articulavam-se ao projeto pedetista:

O PDT foi muito marcado nesta compreensão de que era preciso o partido ser um instrumento dos marginalizados, a questão da mulher que é colocada como prioridade dentro do partido, o primeiro partido que colocou em seu programa político a questão da mulher, a questão do negro, do índio. Então os marginalizados receberam aí uma prioridade, uma definição muito prioritária na concepção do trabalhismo e da prática do trabalhismo nesta fase.⁶²

Esta concepção estava presente na Carta de Lisboa, na qual os petebistas propunham uma campanha de salvação nacional voltada para o atendimento emergencial dos grupos sociais marginalizados na sociedade brasileira.⁶³ A proposta difundia a percepção de um projeto genuinamente nacional e disposto a formular uma política socialista não limitada à atuação clássica no movimento operário. Assim, o *socialismo moreno* atraiu militantes dessas novas formas de ação social. Foi o caso de Abdias do Nascimento, ativista do movimento negro:

Meu lugar é aqui. O negro, devido à sua própria condição e situação social, é socialista nato. Nós somos socialistas desde que nascemos. Nosso socialismo data de 1800, quando os quilombos, vindos da África, já lutavam pelos ideais socialistas. Nós temos um socialismo próprio e acho que temos uma grande contribuição a dar ao projeto de socialismo moreno do PDT. Eu advogo o socialismo e quero exercê-lo na prática, não só em teorias ou modelos estrangeiros. Temos que colocar todo nosso potencial de luta para que nosso país fique menos racista.⁶⁴

O que unia distintas expressões políticas? A herança trabalhista e o projeto socialista se encontravam na busca pela igualdade. Concebendo a educação como um princípio fundamental, ela adquiria uma centralidade no projeto pedetista, de maneira mais explícita e com uma dimensão muito mais abrangente do que no período anterior a 64: “[Brizola] compreendia que na política brasileira você não teria muita força para realizar uma política mais arrojada. [...] Ele compreendia que pela educação você conseguiria chegar mais próximo da igualdade”.⁶⁵

⁶² Vivaldo Barbosa, dirigente do PDT, ex-deputado federal. BARBOSA, Vivaldo. Entrevista à autora. Rio de Janeiro: 2008.

⁶³ *Carta de Lisboa, op. cit.*, 2006, p. 11.

⁶⁴ *Abdias, 60 anos de luta pelos irmãos negros*. Entrevista concedida a Lula Maia Soares. Abril de 1983. s/p. In: AMORIO de Janeiro: Fundo PDT. Foi o caso também de Lélia Gonzalez, intelectual e militante do movimento do movimento negro, que se transferiu do Partido dos Trabalhadores para o PDT, após fortes críticas feitas num artigo no jornal *Folha de São Paulo* à ausência da questão racial no programa petista, em 1983. Filiou-se ao PDT em 1986, porque percebeu no programa da agremiação a prioridade às crianças, mulheres e negros. Ver: BARRETO, Raquel de Andrade. Aquela 'neguinha' atrevida: Lélia Gonzalez e o movimento negro brasileiro. In: FERREIRA; REIS, *op. cit.*, vol. 3, 2007, p. 463.

⁶⁵ BARBOSA, *op. cit.*, 2008. Segundo Helena Bomeny, era a ideia de “salvar” pela escola. Uma marca constante na trajetória política de Leonel Brizola, desde a prefeitura em Porto Alegre, entre 1956 e 1958, e incorporada como a principal marca do trabalhismo do PDT nos anos oitenta. Ver: BOMENY, Helena. Salvar pela escola: programa especial de educação. In: FERREIRA, Marieta de Moraes *et al.* *A Força do povo: Brizola e o Rio de*

Vivaldo Barbosa também apresentava como uma novidade do trabalhismo a difusão da temática dos direitos humanos. Colocando-a no centro do debate político, ela permitiu a atualização do discurso petetista. O tema derivou não apenas da importância do movimento pela anistia e das denúncias de tortura e de desaparecidos políticos, mas também da experiência de Leonel Brizola durante o seu exílio nos EUA: “Ele usava muito a expressão, as duas palavras sínteses de princípios da política americana, free and equal, livre e igual. Então ele colocava muito isto como a busca da igualdade e da democracia conectada à visão socialista”.⁶⁶

Mesmo sem realizar uma profunda reflexão sobre a relação entre o PTB e os sindicatos no pré-64 – mas também se precavendo das críticas que grassavam nas análises negativas sobre o petebismo – a Carta de Lisboa era enfática. As suas atitudes com os movimentos sociais seriam marcadas pelo pluralismo e tolerância, refutando sua manipulação.⁶⁷ Na fala dos trabalhistas, as práticas condenáveis eram imputadas àqueles que ficaram no “partido de Ivete Vargas” ou ao período do presidente Dutra. Se o peso da acusação de populismo estava completamente disseminado na arena política, o PDT tentava inverter os sinais em direção ao PT. A agremiação se diferenciava da “concepção reivindicativo-corporativista” do petismo, pois não confundia partido e organizações de massa.⁶⁸ Para Theotonio dos Santos, havia temores dentro do PDT de que as agremiações políticas atrelassem os sindicatos, transformando-os em “correias de transmissão”. Tais receios, originados, sobretudo, dos setores socialdemocratas, segundo ele, contribuíram para aumentar a debilidade do trabalhismo no seio de um movimento sindical fortemente atraído pela liderança petista.⁶⁹ Ao contrário do fenômeno do pré-64, o novo trabalhismo não adquiriu a mesma projeção sobre o sindicalismo que florescia desde o final dos anos setenta. Mesmo assim, a presença do PDT não era residual, tornando-se expressiva em alguns setores – através de sindicalistas trabalhistas ou dos agrupamentos abrigados no partido. O grande problema era o seu frágil enraizamento nacional.

Desde o retorno do exílio (ou dos “mortos”, para aqueles que proclamavam o seu fim em 1964), o novo trabalhismo indicava a centralidade da conquista da presidência da república para a realização do seu projeto político. O caminho brasileiro para o socialismo passava pela execução de reformas em escala nacional, a partir do controle do Estado brasileiro. Neste trajeto, o PDT pôde realizar um pequeno “laboratório”, executando políticas públicas no governo do estado do Rio de Janeiro. A vitória de Leonel Brizola fora recebida como “uma nova etapa política no país”.⁷⁰ Era a redenção da fênix. Uma volta por cima, rodeada de simbologias, apreendidas pela visão de Arthur Poerner. A chegada triunfal de Brizola ao Palácio Guanabara, em 15 de março de 1983, “ladeado por um negro e um

Janeiro. Rio de Janeiro: Ed. FGV; ALERJ, 2008, p. 95-127. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em 11 de fevereiro de 2009.

⁶⁶ BARBOSA, *op. cit.*, 2008.

⁶⁷ *Carta de Lisboa*, *op. cit.*, 2006, p. 8.

⁶⁸ BAMBIRRA, *op. cit.*, 1981, p. 25, 31.

⁶⁹ SANTOS, *o p. cit.*, 2008.

⁷⁰ *Idem*, *op. cit.*, 1985, p. 91.

índio”⁷¹ representava a maneira como o trabalhismo concebia a luta político-social no Brasil. Era um socialista chegando ao poder, mas numa dimensão limitada, sem autoridade sobre as leis e sem o raio de ação nacional. Dessa forma, o objetivo não era implantar “uma economia socialista num só estado da federação”, mas principalmente, executar “medidas de emergência que [atenuassem] a pobreza absoluta e as violentas contradições sociais derivadas da distribuição negativa de renda”.⁷² Ações que colocassem o povo na ofensiva e fortalecessem as condições para o sucesso trabalhista nas primeiras eleições presidenciais do país após a ditadura.

Apesar das limitações de um governo local, a experiência fluminense tinha a capacidade de ressoar no Brasil inteiro. E nesse laboratório, foram testadas propostas trabalhistas. Luiz Henrique Ferreira, que também atuou numa associação de moradores em Copacabana, destacava a existência de uma administração aberta aos movimentos populares.⁷³ Certamente o trabalhismo não recriou o movimento associativo no final dos anos setenta. Nas memórias do ex-presidente da FAMERJ, Jó Resende⁷⁴, esta forma de organização adquiriu uma grande conotação pública durante o período da ditadura militar. Surgindo como um fenômeno novo e completamente mobilizador, as associações cumpriram um importante papel político no lugar das agremiações partidárias. Na campanha de Brizola em 1982, elas encontraram um desaguadouro para as suas reivindicações. Os movimentos comunitários tornaram-se um elemento-chave da ação pedetista:

[...] a forma como ele administrou nos dois primeiros anos de governo fortaleceu o movimento social comunitário. Ele nos dava força, nos fez um reconhecimento público, era de uma total abertura. Íamos ao palácio com frequência, os militantes das associações de moradores tinham acesso aos secretários. [...] Houve uma convivência muito intensa do governo com a comunidade e, com aquele desejo imenso dos militantes sociais de participação mais efetiva, houve um verdadeiro arrastão para a ação partidária.⁷⁵

Demandas relacionadas a uma política igualitária, de redistribuição e de proteção social também foram desenvolvidas como parte do projeto trabalhista. Theotônio dos Santos assinalou, por exemplo, as iniciativas voltadas para a questão da fome, uma influência direta do petebista Josué de Castro, como a política de distribuição de meio litro

⁷¹ POERNER, Arthur. *Brizola, quem é?* Rio de Janeiro: Ed. Terceiro Mundo, 1989. p. 41. In: AMORio de Janeiro: Fundo PDT.

⁷² SANTOS, *op. cit.*, 1985, p. 91.

⁷³ Luiz Henrique Ferreira, Luiz “Cidadão”, fundador do PDT, militante do movimento estudantil e associativo no bairro de Copacabana. FERREIRA, Luiz Henrique. Entrevista à autora. Rio de Janeiro: 2008.

⁷⁴ Ex-militante estudantil e da Ação Popular, Jó Resende foi presidente da FAMERJ. No ano de 1985, filiou-se ao PDT para compor a chapa de Saturnino Braga à prefeitura do Rio no cargo de vice-prefeito. Ver: RESENDE, Jó Antônio. (depoimento, 1999). Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 2001.

⁷⁵ *Ibidem*.

de leite para cada criança. O ambicioso projeto dos CIEPs ⁷⁶ tornou-se a principal bandeira de Leonel Brizola, ratificada no seu discurso de posse:

Povo algum conseguirá atingir qualquer grandeza, nem sequer tocar no que chamamos de desenvolvimento, enquanto não tratar com a mais alta prioridade desta questão, através de educação e assistência às crianças desde o ventre da mãe, aos adolescentes e aos jovens, de tal modo que a população se eleve globalmente.⁷⁷

Estratégia articulada desde o Encontro de Lisboa, a experiência no Rio de Janeiro pôs à prova a capacidade do trabalhismo apresentar-se como uma alternativa transformadora para o Brasil. O governo fluminense era a sua grande vitrine. Mas também uma vidraça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer dos anos oitenta e noventa, diversos grupos das esquerdas brasileiras modificaram o seu projeto político. Em muitos casos, tais alterações, redundaram em esvaziamentos e dissoluções. No retorno do exílio, o trabalhismo também operou importantes mudanças no seu programa político. Sem abrir mão das heranças herdadas, o partido incorporou novas identidades, reelaborando, inclusive, alguns elementos das suas concepções progressas.

Para compreender tais transformações, emprego o conceito definido por Gilberto Velho como metamorfose. Nesta concepção, as memórias e as experiências vividas são um elemento fundamental para a recriação de identidades e projetos. E este era o caso dos trabalhistas. Visando responder à nova realidade brasileira, na travessia percorrida, o trabalhismo produziu uma metamorfose. Todavia, o aspecto central do conceito enfatiza que a mutação não capaz de apagar todo o passado. Por não ser um movimento de tábula rasa, “mesmo nas mudanças aparentemente mais incisivas de identidade individual, permanecem as experiências e vivências anteriores, embora interpretadas com outros significados”.⁷⁸

⁷⁶ Iniciado em 1984, sob a direção do Prof. Darcy Ribeiro, então vice-governador e secretário de Ciência, Cultura e Tecnologia, o Programa Especial de Educação foi interrompido em 1987 e retomado em setembro de 1991, no 2º Governo Leonel Brizola, ainda sob orientação de Darcy Ribeiro. Já em dezembro de 1994, quatrocentos e seis CIEPs foram entregues à população do Estado, com a oferta de 205.800 vagas para o Ciclo Básico, 137.200 vagas para a Educação Juvenil, 52.800 vagas nos Ginásios Públicos e 30.000 para Ensino à Distância, num total de 425.800 alunos atendidos. Em 338 unidades, foi implantado o Programa Especial de Educação, prevendo oito horas diárias de permanência na escola com as quatro refeições necessárias e atividades integradas ao *currículo* obrigatório do Ciclo Básico. Disponível em: MEMÓRIA, Tatiana Chagas. *CIEP's e GP's: Programa Especial de Educação*. Disponível em: <<http://www.fundar.org.br>>. Acesso em 2 de fevereiro de 2009.

⁷⁷ BRIZOLA, Leonel Brizola, *Discurso de posse*. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 17 de março de 1983, p. 3. Apud. BOMENY. *Op. cit.*, 2008. Texto disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em 11 de fevereiro de 2009.

⁷⁸ VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas*. 2 ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1999, p. 9.

Estas alterações atingiram o principal dirigente do trabalhismo, Leonel Brizola. Entretanto, aquele líder dos anos sessenta não poderia desaparecer. Contraditoriamente, a sua atuação política no pré-64 era o motivo do agregamento de indivíduos originados de experiências tão distintas: socialistas, trotskistas, comunistas, militantes da luta armada. Assim, a metamorfose brizolista precisava manter as marcas indeléveis do período anterior: o anti-imperialismo, o nacionalismo, a veia reformista, a coragem e a ligação com o povo, um herdeiro legítimo do legado de Vargas. Porém, a liderança aguerrida e perigosa, folclórica, havia sido substituída pela figura de um estadista, mais adequada à época e a um país no qual as esquerdas se recompunham após uma grave derrota. Este novo Brizola necessitava comprovar que era um político maduro, à altura da tarefa de se tornar o primeiro presidente eleito do Brasil após 29 anos de interrupção da democracia. Para o agrado dos seus admiradores, ele não perdera o mesmo discurso rápido e afiado, sempre polêmico. Para muitos outros, ainda perigoso e não confiável. O compromisso democrático seria apenas um manto para esconder o seu inexorável caudilhismo?

Preservando sinais claramente identificáveis pela geração do pré-64, o novo trabalhismo ofereceu elementos políticos inovadores às gerações posteriores, articulando demandas até então pouco reconhecidas pelas esquerdas. Talvez seja esta uma das respostas para o seu sucesso, apesar da forte campanha, à direita e à esquerda, que desejava enclausurá-lo no passado, definindo-o como algo *démodé*, ultrapassado. Se no jargão político o termo metamorfose muitas vezes é empregado de forma negativa, as mutações efetuadas por Brizola e pelo trabalhismo expressavam o amadurecimento desse movimento, mas também um não recuo das escolhas feitas em 64: uma opção à esquerda para transformar o Brasil.

Se não adotaram o ideário internacionalista da revolução mundial, compreenderam que tais mudanças necessitavam do diálogo e da solidariedade internacional. Nesse sentido, perceberam a social-democracia como o espaço de interlocução. Mais condizente com a sua história, ela era a terceira via ao capitalismo liberal e ao comunismo soviético. Entretanto, a grande marca das relações externas do novo trabalhismo foi, sem dúvida, o terceiro-mundismo. Este movimento interligava o Brasil às experiências dos povos da periferia, mais próximos da realidade nacional do que os países europeus do *welfare state*. A partir da IS, o PDT poderia dialogar com experiências que tinham em comum muitos pontos programáticos.

A adesão à social-democracia também nos indica interessantes sinais da conjuntura política daquela época. Em primeiro lugar, a importância dos partidos e dos governos socialistas no cenário mundial, apoiando diversas experiências em curso no Terceiro Mundo ou solidarizando-se com os exilados desses mesmos países, após traumáticos golpes de Estado. Também expressava alguns sinais da transição brasileira. Num momento no qual a ditadura realizava a sua abertura política, associar-se aos setores de esquerda, nomear-se como socialista, não se tornou um ônus político para tais trajetórias. Pelo contrário, a força dos diversos movimentos sociais em ebulição no Brasil tornava parte da população brasileira mais sensível às mudanças. E giraram à esquerda.

Nas suas metamorfoses, os trabalhistas conviveram com um paradoxo. Diante de um conceito consolidado e largamente difundido na linguagem política brasileira, eles precisavam se afastar dos “ranços” do pré-64, das “chagas” do populismo. O PTB/PDT enfrentou este debate, jogando para outro campo a pecha maligna. Sem questionar a fundo o conceito, sem realizar um balanço dos problemas existentes no petebismo, o novo trabalhismo incorporou os signos do novo e vaticinou: os vícios populistas se encontravam no velho partido, no “PTB de Ivete Vargas”.

Ao contrário dos prognósticos, o novo trabalhismo renasceu, e demarcou a cena brasileira a partir dos anos oitenta. Diversos quadros políticos, oriundos do PDT, governaram ou administraram cidades e estados do país. Em constantes rachas e defecções, muitos deles resultantes do confronto direto com Leonel Brizola, à direita e à esquerda, o partido “redistribuiu” seus filhos por várias agremiações. Atualmente, o principal exemplo, sem dúvida, é uma ex-trabalhista como presidente da república do Brasil. Mais conhecida por sua atuação na luta armada, Dilma Rousseff, embora eleita pelo PT em 2010, escolheu o novo trabalhismo como espaço da sua atuação política no final dos anos setenta. No Rio Grande do Sul, ela participou da sua retomada, que se organizava no agrupamento denominado Associação de Estudos e Debates. Permanecendo filiada ao PDT até o ano de 2000, a presidenta atuou nas gestões do pedetista Alceu Collares, tanto na prefeitura de Porto Alegre (1985-1988), quanto no governo do estado gaúcho (1990-1994).

Mas a principal influência dessa tradição deve-se à permanência no Brasil pós-ditadura do nacional-estatismo.⁷⁹ Ao interligar nacionalismo, socialismo, democracia e demandas político-culturais, o novo trabalhismo contribuiu para a persistência e a atualização dessa herança. Num ambiente de ofensiva das direitas, a resposta elaborada por parte das esquerdas buscou nesta fonte elementos que se contrapusessem ao pensamento neoliberal. Até mesmo o seu principal adversário no campo das esquerdas, o Partido dos Trabalhadores, apresentou em suas campanhas de 1994 e de 1998 sinais inequívocos que o reaproximou dessa tradição.

As heranças trabalhistas, conscientemente ou não, estão presentes em vários projetos políticos partidários ou em movimentos sociais. São os casos, por exemplo, do PSOL e do MST. O programa do Partido Socialismo e Liberdade, apropriando-se de temáticas tão comuns ao trabalhismo no pré-64, defende: “não há soberania, nem uma verdadeira independência nacional, sem romper com a dominação imperialista” e “Abaixo as privatizações. Estatização das empresas privatizadas. Expropriação dos grandes grupos monopólicos capitalistas”.⁸⁰ No IV Congresso do MST, em 2000, as linhas políticas reafirmadas, assinalavam:

⁷⁹ Segundo o historiador Daniel Aarão Reis, o nacional-estatismo se baseava na perspectiva de um Estado forte e intervencionista, planejador e regulador da economia e do mercado. Em termos políticos, a presença de um movimento nacionalista de massas, policlassista, empolgado por lideranças carismáticas, disseminando uma crítica ao liberalismo, defendendo ideias de proteção e de justiça social. Ver: REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2000.

⁸⁰ PSOL. *Programa*. Disponível em: <<http://psol50.org.br/partido/programa/>>. Acesso em 15 de abril e 2012.

8. Desenvolver ações contra o imperialismo combatendo a política dos organismos internacionais a seu serviço como: o FMI (Fundo Monetário Internacional), OMC (Organização Mundial do Comércio), BIRD (Banco Mundial) e a ALCA (Acordo de Livre Comércio das Américas). E lutar pelo não pagamento da dívida externa. Lutar contra as privatizações das empresas brasileiras. Defender a cultura brasileira frente às agressões culturais imperialistas.⁸¹

Renegando ou demonizando, as raízes trabalhistas na política brasileira são incontestes. A permanência do epíteto populismo permanecera, mas a vitalidade das suas proposições também.

Recebido em 10/05/2012

Aceito para publicação em 15/06/2012

⁸¹ MST. *Linhas políticas reafirmadas no IV Congresso Nacional do MST – 2000*. Disponível em: <<http://mst.org.br/mst/pagina.php?cd=4179>>. Acesso em 15 de abril de 2012.